

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/10430/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/02/2020

HORÁRIO: 10 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br

EMAIL: comissaocppsaude@gmail.com

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), Órgão Gerenciador do SRP - Sistema de Registro de Preços, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ, torna público que, devidamente autorizada pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na forma do disposto no processo administrativo n.º **200/10430/2018**, **fará realizar, no dia 18 de Fevereiro de 2020, às 10 horas**, Auditório da Defesa Civil na Rua Coronel Gomes Machado, nº258, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, PARA FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, conforme ANEXO I – Termo de Referência do Objeto, que será regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 9.614/2005, Decreto Municipal nº 10.005/2006, Decreto Municipal nº 11.117/2012, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal 2.849/2011 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e as condições estabelecidas neste Edital.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.2 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma cópia mediante a apresentação de uma mídia removível, na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – Centro - Niterói/RJ, de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, comprovado pela Comissão de Licitação e Pregão.

1.3 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – Centro –Niterói /RJ, de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou através do telefone (21) 2719-5741, no mesmo horário.

1.3.1 Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

1.4 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou, ainda, através do fac-símile n.º (21) 2719-5741.

1.5 Caberá à Unidade Solicitante, auxiliada pela Comissão de Pregão, decidir sobre a impugnação, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas à FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MOBILIÁRIO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FMS, conforme as especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto e ANEXO II – Relação de Itens da Licitação.

2.2 A presente licitação tem por objetivo atender as necessidades das seguintes unidades : módulos já existentes e novos do Programa de Saúde da Família, unidades da VIPAHE e da VIPACAF. Abaixo, segue relação dos locais que serão atendidos com o referido mobiliário:

• **PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA (PMF):**

1. **Módulos Novos:** Holofote, Boa Vista, Serrão - Juca Branco, Coronel Leôncio - Correia, Favela do Sabão e Jacaré.
 2. **Módulos Existentes:** Atalaia, Alarico, Badu, Baldeador, Bernardino, Cantagalo, Cafubá I, Cafubá II, Cafubá III, Cavalão, Caramujo, Colônia, Pescadores, Engenho do Mato, Grota I, Grota II, Ilha da Conceição, Ititioca, Jurujuba, Jonathas Botelho, Leopoldina, Maceió, Marítimos, Maruí, Maravista, Matapaca, Martins Torres, Morro do Céu, Nova Brasília, Palácio, Ponta da Areia, Preventório I, Preventório II, Sapê, Souza Soares, Vital Brazil, Viradouro, Viçoso Jardim, Vila Iperanga, Várzea das Moças, e Teixeira de Freitas.
- **UNIDADES HOSPITALARES E DE PRONTO ATENDIMENTO:** MMARVF- Maternidade Municipal Alzira Reis; UMAM- Unidade de Urgência Mario Monteiro; HMCT- Hospital Municipal Carlos Tortelly; HOF- Hospital Orêncio de Freitas; HPJ- Hospital Psiquiátrico de Jurujuba e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).
 - **UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE / POLICLÍNICAS DE ESPECIALIDADES:** Engenhoca, Santa Bárbara, Centro, Morro do Estado, Sérgio Arouca, Barreto, Largo da Batalha, Carlos Antônio da Silva, Malu Sampaio, Fonseca, Piratininga, Itaipú e Sylvio Picanço.
 - **LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA**
 - **CENTRO DE TESTAGEM E ACONSEHAMENTO (CTA)** do consultório de rua, nas instalações do térreo da Policlínica Sylvio Picanço.
 - **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**
 - **CAPS:** Herbert de Souza, Álcool e Drogas, Atendimento Infantil, Ambulatório de Saúde Mental da Policlínica do Largo da Batalha, de Piratininga, do Carlos Antônio da Silva e UAI (Unidade de Atendimento Infanto-Juvenil).
 - **CCZ (Centro de Controle de Zoonoses)**

2.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nem as quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração, até mesmo, realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei 8.666/93 e art. 6º do Decreto 10.0005/06.

2.4 A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município

2.5 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá (ão) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa, atendendo a Resolução RDC nº 80 de 18 de março de 2002.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão Presencial Empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam às exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

3.2 Não será permitida a participação na licitação de empresa declarada inidônea, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ,enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente que aplicou a penalidade ou tenha sido punido com pena de suspensão temporária do direito de licitar ou de impedimento de contratar com a Administração Municipal de Niterói.

3.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

4 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

4.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 4.387.681,24** (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e hum reais e vinte e quatro centavos), conforme os valores constantes no Anexo II – Relação de Itens da Licitação, deste edital.

4.2 O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando a Fundação Municipal de Saúde de

Niterói a utilizá-lo integralmente.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A sessão para credenciamento, recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei que regulamenta o Pregão e em conformidade com este Edital e seus anexos.

5.2 Declarada à abertura da Sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

6 DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 As empresas participantes poderão ser representadas na Sessão de Pregão por ser representante legal que deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, que possuem os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame e somente estes poderão atuar em nome da Licitante.

6.2 No ato do credenciamento serão efetuadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação, através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

6.2.1 Se a empresa se fizer representar por seu sócio, proprietária, dirigente ou assemelhada deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da sua investidura.

6.2.2 Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Procuração com poderes específicos ou Carta de Credenciamento, conforme modelo Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

6.3 Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro no momento da licitação, fora de qualquer envelope.

6.4 No caso de apresentação de documento original, o mesmo será devolvido após as conferências necessárias;

6.5 Na hipótese em que a documentação correspondente ao credenciamento tenha sido incluída em qualquer dos envelopes – DE HABILITAÇÃO ou DE PROPOSTA DE PREÇO - será autorizado ao representante da empresa credenciadora que abra o envelope para a retirada dos mesmos, na presença dos demais Licitantes, devendo, em ato contínuo, ser o envelope novamente lacrado e devolvido ao lugar em que se encontrava.

6.6 Ficam as empresas cientes de que somente poderão participar da fase de lances verbais, bem como praticar os demais atos inerentes ao certame, aquelas cujos representantes se encontrem devidamente credenciados nos termos dos subitens anteriores.

6.7 As Licitantes que decidirem pelo envio dos Envelopes por portadores, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

6.8 Será admitido mais de um representante para cada licitante, facultado ao pregoeiro reduzir este número, se for para o melhor desenvolvimento da Sessão.

6.9 Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma Licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

7 DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DE SER MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Os licitantes apresentarão, no ato do credenciamento, de forma avulsa, a declaração de que cumprem

plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitação e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do Anexo V, sem inseri-la em quaisquer dos envelopes.

7.2 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar ao Pregoeiro, no ato do credenciamento e fora dos envelopes, declaração na forma do Anexo VI, de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei.

7.3 Caso a empresa se quede inerte na apresentação de tal documento, não poderá se valer da vantagem prevista.

7.4 Na hipótese do licitante não trazer os documentos mencionados já devidamente preenchidos, os mesmos poderão ser confeccionados no momento da realização da Sessão Pública, devendo ser assinado pelo representante legal do licitante que foi devidamente credenciado.

7.5 Ato contínuo, serão abertos os envelopes contendo a Proposta de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica.

7.6 No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8 DOS ENVELOPES

8.1 A Licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta de Preço e os seus Documentos de Habilitação em envelopes distintos, opacos, separados, fechados (colados ou lacrados), constando na parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITERÓI
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITERÓI
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

9 DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1 A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida no formato do Anexo VII – Proposta de Preços, impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo proponente ou seu representante legal.

9.2 A proposta deverá ainda:

- a) Fazer referencia a esta licitação, indicar nome ou razão social do proponente, número do CNPJ, inscrição municipal e/ou estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.
- b) A proposta de preço deverá conter a descrição dos produtos cotados, inclusive as marcas, bem como modelos e/ou referencia do mesmo, com a indicação do número do lote ou item, no caso da licitação ser por lote, a indicação do código correspondente a cada item que compõe o lote, com base no Anexo II – Relação de Itens da Licitação e Anexo I – Termo de Referência do Objeto.
- c) A indicação do preço unitário de cada item e o seu valor total e, finalmente, o valor total do lote, na hipótese da licitação ser por lote, com base no Anexo II - Relação de Itens da Licitação.
- d) O oferecimento pelo licitante do lote ou item indicado implica em aceitação e entrega de todos os itens descritos no lote, ou do próprio item, conforme TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, com suas especificações e quantidades, sem qualquer restrição, sob pena de invalidação e não aceitação da proposta ofertada.
- e) É permitido às empresas Licitantes apresentarem propostas para um ou mais lotes/itens que compõem o objeto deste Edital
- f) Menção de ser optante ou não optante do SIMPLES NACIONAL.
- g) Declarar que os itens ofertados estão em conformidade com as especificações contidas no Anexo II- Relação de Itens da Licitação e Anexo I – Termo de Referência do Objeto, deste Edital.

- h) Declarar que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim abrange todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.
- i) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- j) Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.
- k) Conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- l) A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, fixos e irrealizáveis, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.
- m) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real) com no máximo 02 (duas) casas decimais - exemplo: R\$ 0,01 (um centavo), em algarismos e por extenso, não podendo ser igual a zero.

9.3 No caso de haver divergência entre os preços unitários e os totais, assim como os preços expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o menor desde que exequível.

9.4 Caso o licitante não aceite às correções realizadas, sua proposta de preço será desclassificada.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso seja omissa ou apresente irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.6 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 O critério de julgamento desta licitação obedecerá ao disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 45 da Lei 8.666/93, a saber, a de MENOR PREÇO POR ITEM, e ainda, ao disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração atendimento às exigências deste Edital, sendo considerada(s) vencedora(s) a(s) Licitante(s) que obtiver(em) o menor preço por item, consoante as especificações do Anexo II- Relação de Itens da Licitação e Anexo I – Termo de Referência do Objeto. O objeto deste Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for considerada vencedora.

10.2 Serão classificados pelo Pregoeiro para participar da fase de lances o autor da proposta de menor preço e os demais licitantes que apresentarem as propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

10.3 Se não houver pelo menos 3 (três) ofertas de acordo com o subitem anterior, serão proclamados classificados para participarem da fase de lance os proponentes que apresentarem as melhores preços, até no máximo de 3 (três) ofertas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.4 O Pregoeiro consultará se entre os Licitantes existe alguma microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de verificar a ocorrência de empate e dar a possibilidade de novo lance, nos moldes do artigo 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

10.5 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será aplicado o disposto no art.3º, §2º da Lei 8.666/93, com o intuito de favorecer a indústria nacional. Na hipótese de persistir o empate será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.6 Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor preço.

10.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

10.8 O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata de Sessão.

10.9 O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.10 Sendo apta e aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente que a tiver formulado.

10.11 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, salvo manifestação imediata e motivada da vontade

de recorrer, no que se observará o disposto no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002.

10.12 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos.

10.13 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os Licitantes presentes.

10.14 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

10.15 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na Proposta específica prevalecerão as da Proposta.

10.16 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11 DA ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no Edital.

11.2 O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além da Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (anexo VIII), da Declaração de Idoneidade (anexo IX), modelo de declaração de superveniência (anexo X) e declaração de optante do simples (anexo XI), devidamente preenchidos, os seguintes Documentos de Habilitação:

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.2.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso,

certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.2.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; **e, conjuntamente**, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

12.2.2.1 No caso excepcional, da certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói não ser fornecida do modo como requerido no item anterior, poderá o licitante declarar, facultativamente, sob as penas do artigo 86 da Lei 8.666/1993, que não é contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói, conforme o anexo **XIII**.

12.2.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos.

12.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.3.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

12.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e de Encerramento do livro contábil e respectivo registro na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3 A comprovação da boa situação financeira da empresa será demonstrada através dos cálculos do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 01, aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$L G = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$S G = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$L C = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

12.3.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme permissão do § 3º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3.5 As pessoas jurídicas constituídas há menos de 01 (um) ano, apresentarão o balanço patrimonial correspondente ao período de sua existência ou a demonstração contábil que permita a aferição de sua situação patrimonial, econômica e financeira (balancete).

12.3.6 As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, com seu respectivo registro no órgão de classe.

12.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando a atividade assim o exigir;

II - Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou

privado, que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

12.5 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

12.5.1 Todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração, na forma do Anexo VIII, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.5.2 Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

12.6 DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

12.6.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.6.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.6.3 As declarações que forem disponibilizadas pela *internet*, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.

12.6.4 As declarações que não forem disponibilizadas pela *internet* e que não possuem em seu bojo a data de validade, terão para o certame validade de 90 (noventa) dias.

12.6.5 O Licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, caso o Pregoeiro tome conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade do Licitante, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas no Edital.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada através de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

13.2 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

13.5 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sítio eletrônico oficial e hábil a conferência.

13.6 Documentos apresentados com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

13.7 Será realizada pesquisa de Certidão Negativa, após declaradas as empresas vencedoras, no registro do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIH), supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO TERMO DE COMPROMISSO:

14.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.2 A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao(s) licitante(s) vencedor(es), dentro do prazo de validade da sua proposta.

14.3 Após a convocação mencionada no item anterior, o(s) licitante(s) terá(ão) o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, para assinar(em) a Ata de Registro de Preços.

14.4 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da(s) licitante(s).

14.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

14.6 Nesse caso, o pregoeiro convocará o segundo colocado para, nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/00, propor a assinatura da Ata nos termos da proposta vencedora.

14.7 Caso o segundo colocado não aceite firmar a Ata nos termos da proposta vencedora, será facultado a Fundação Municipal de Saúde de Niterói analisar a oferta deste e das subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

14.8 O licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

14.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Ao preço do 1º colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial de publicação dos Atos Oficiais da Fundação Municipal de Saúde de Niterói e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata de Registro de Preços

c) os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

15.2 Excepcionalmente, a critério do Órgão Gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidades ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

15.3 O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata. Na hipótese de o valor registrado se mostrar superior ao de mercado, aplicar-se-á o disposto nos subitens 16.2 e 16.3.

16 DA REVISÃO DOS PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

16.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.6 Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

17 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 O prazo de validade de Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a 12 meses, contados a partir de sua publicação na imprensa oficial, computadas neste período eventuais prorrogações.

17.2 Os contratos resultados do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

17.3 É admitida a prorrogação da vigência da Ata, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 meses, na forma do subitem 17.1.

18 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 A Ata de Registro de Preço, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto municipal nº 10.005/06 e na Lei nº 8.666/1993.

18.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preço, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem registrados, obedecida a ordem de classificação.

18.3 Caberá ao fornecedor do material beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, nas quantidades registradas em Ata, Comissão Permanente de Licitação desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.4 Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão/entidade poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preços, para cada item.

18.5 Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

18.6 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;

19.2 Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

19.3 Acompanhar, verificar e fiscalizar a entrega do material, para assegurar a fiel observância do prazo de entrega, bem como das especificações constantes dos produtos deste EDITAL.

19.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital;

19.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

19.6 Informar à Contratada nome e telefone do Gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 Entregar os itens licitados, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;

20.2 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias,

20.3 Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

20.4 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

20.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

20.6 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

20.7 Prestar esclarecimentos à Fundação Municipal de Saúde sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

20.8 Adotar todos os critérios de segurança para seus empregados quando da entrega do material.

20.9 No ato da entrega dos equipamentos, estes deverão vir acompanhados da Nota Fiscal, identificando em seu corpo a Nota de Empenho, a que se referem.

20.10 A CONTRATADA será responsável pelo frete, carga e descarga do material, bem como as demais taxas e despesas necessárias à entrega do objeto do presente Edital. Deverão estar incluídos em sua proposta, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas que venham a incidir direta ou indiretamente sobre aquisição deste material constante em seu do objeto, constante neste Edital, abrangendo assim, todos os custos e despesas envolvidas. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto do presente Edital será interpretada como não existente ou já incluída no valor ofertado, não podendo a contratada pleitear quaisquer acréscimos.

20.11 Em nenhuma hipótese será (ão) aceito(s) produto(s) cujas embalagens não estejam íntegras ou que apresentem alguma alteração nas suas características descritas neste Edital e em suas embalagens;

20.12 Na hipótese de não aceitação do objeto pretendido, no total ou em parte pela Administração da Fundação Municipal de Saúde, por problemas de qualidade comprovadamente apuradas, a CONTRATADA, após sua intimação por escrito, fica obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias no máximo;

20.13 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Art. 70 da Lei Federal n.º 8.666/93;

20.14 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Nº 8.666/93;

20.16 Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

20.17 A Contratada deverá garantir suporte técnico e fornecimento de peças para os equipamentos pelo prazo de 05 (cinco) anos após o aceite definitivo incluindo teste de desempenho.

20.18 A Contratada deverá realizar assistência técnica gratuita nos equipamentos até o final da garantia.

20.19 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica no local onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

21 DA GARANTIA DO PRODUTO

21.1 Todos os Materiais Permanentes de Mobiliário Hospitalar deverão possuir garantia/validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

21.2 No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos produtos (peças), fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada, ou deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante.

21.3 Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos equipamentos.

21.4 No decorrer da garantia, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirado para conserto em oficina especializada.

21.5 O prazo de atendimento será de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas contados da abertura do chamado via telefone ou e-mail e o conserto deverá ser efetuado em 48 (quarenta e oito) horas, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela Contratante.

22 DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

22.1 O objeto do contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

22.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

22.3 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

22.4 Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

22.5 O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicáveis, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

23 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRAZO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

23.1 O prazo de entrega dos itens e instalação descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será de até 30 (tinta) dias corridos, após o recebimento da nota de Empenho.

23.2 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central (ALCEN) localizado na Rua Coronel Gomes Machado nº 251, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

23.3 É imprescindível que as datas e os horários da entrega sejam comunicados a Unidade Solicitante, por escrito, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas úteis.

23.4 Os itens deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte.

23.5 As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa dos originais.

23.6 O recebimento do objeto será realizado pelo Almoxarifado Central (ALCEN), de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens no ALCEN – Almoxarifado Central.
- b) **Definitivamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a consequente aceitação e/ou recusa.

24 INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO

24.1 Todos os itens entregues serão inspecionados no ato do Recebimento Provisório, objetivando avaliar a conformidade do fornecimento com relação ao quantitativo e às especificações técnicas, comparando-os com as discriminações contidas nas Notas Fiscais que os acompanham e o contido na Proposta de Preços e documentos, os responsáveis pelo acompanhamento da execução serão Maria Aparecida Gonçalves, matrícula: 229008-8, Chefe de ADM, DEADM; Maria Benedita Lisboa Alves - matrícula: 437.356-1 - Cargo: Chefe de Serviço de Almoxarifado; Luana Lima Vieira Moraes – matrícula 437.425-8 – Coordenadora Administrativa do Programa Médico de Família/ PMF e Tânia Maria da Matta Rodrigues Cunha – matrícula 436.997-1 – DEADA/VIPAHE

24.2 Será feita uma verificação da integridade física dos itens recebidos, de forma a assegurar que nenhum tipo de dano possa ter sido causado aos mesmos durante o transporte.

24.3 Após a Inspeção de Recebimento, Unidade Solicitante emitirá Certificado de Conformidade, onde constará o número da Nota Fiscal e declaração que indique que o(s) item(ns) recebido(s) está(ão) de acordo com a discriminação constante na mesma.

24.4 Caso seja considerado que a discriminação constante da Nota Fiscal está insuficiente para assegurar a conformidade com as especificações técnicas, será feito no ato uma Discriminação Complementar ou Corretiva, documento este que deverá ser assinado pelas partes (fornecedor/adquirente)

24.5 Os itens não aprovados deverão ser substituídos pela(s) empresa(s) Licitante(s), bem como deverá ser providenciada a complementação dos itens faltantes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do envio, via fax pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, do referido Termo de Recusa, no qual constarão as desconformidades com as especificações e/ou quantitativos.

24.6 Os custos das substituições dos itens rejeitados e das entregas dos itens faltantes no ALCEN correrão exclusivamente por conta da(s) Licitante(s) vencedora(s).

24.7 O fornecedor será responsável pela retirada dos itens não aprovados no ALCEN bem como pela entrega dos itens em substituição e/ou faltantes, arcando com os referidos custos.

24.8 Caso as substituições dos itens não aceitos não ocorram em até 5 (cinco) dias úteis, ou o novo fornecimento também seja rejeitado, estará(ão) a(s) Licitante(s) vencedora(s) incorrendo em atraso na entrega, sujeita(s) à aplicação das penalidades cabíveis.

24.9 Após decorrido o prazo de avaliação, o ALCEN emitirá o Certificado de Aceitação, que será encaminhado via fax à(s) ou e-mail empresa(s) Licitante(s), com a discriminação dos itens testados e aprovados.

24.10 Os itens não aprovados serão listados em um Termo de Recusa, no qual constarão as

desconformidades verificadas, que será encaminhado via fax à(s) empresa(s) Licitante(s), ficando esta(s) obrigada(s) a efetuar(em) a substituição dos referidos itens, cumprindo as mesmas condições estabelecidas quando da recusa na fase do Recebimento Provisório.

24.11 O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da(s) adjudicatária(s) pelo perfeito estado dos itens fornecidos, cabendo-lhe(s) sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de suas utilizações, sem quaisquer ônus financeiros para a Fundação Municipal de Saúde de Niterói

25 DO PAGAMENTO

25.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 138

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.122.145.4192

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.00

25.1.1 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

25.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou de modo parcelado, mediante crédito em conta corrente da contratada, em instituição financeira contratada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, contado do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

25.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

25.3 A(s) Nota(s) Fiscal(s) Eletrônica(s)¹ – NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS) na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

25.4 Ficam excluídos da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica Inteligência – NfeI, os seguintes contribuintes:

- a) contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento da ISSQN efetuado através de tributação fixa;
- b) contribuintes pessoas físicas optantes pelo Regime Tributário do Simples nacional qualificados como Microempreendedor Individual – MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.
- c) bancos e instituições financeiras, autorizadas pelo BACEN.

25.5 A(s) NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

25.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

25.7 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) **de acordo com o empenho gerado no ato da contratação.**

25.8 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.9 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

¹ A Nota Fiscal eletrônica Inteligente – NfeI será emitida por meio da Internet no endereço eletrônico www.niteroi.rj.gov.br ou www.webiss.com.br/rjniteroi, mediante a utilização de senha e login fornecidos aos contribuintes durante o procedimento de cadastramento eletrônico, na forma regulamentada neste Decreto.

25.10 Já estarão retidos na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.11 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

25.12 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pela **Taxa Referencial - TR** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

26 DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

26.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

26.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, para que seja mantido o percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

26.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

26.5 O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

27 DOS RECURSOS

26.1 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

27.1.1 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

27.1.2 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

27.1.3 Se for acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

28.2 DO RECURSO À SESSÃO PÚBLICA

28.2.1 Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

28.2.2 Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá àqueles que manifestarem a intenção de recorrer, prazo suficiente para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

28.2.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

28.2.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

28.2.5 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

28.2.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto o Pregoeiro.

29 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 29.2** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.
- 29.3** A sanção prevista na alínea b desta ITEM poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.
- 29.4** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 29.5** A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.
- 29.6** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.
- 29.7** Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.
- 29.8** A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 29.9** O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.
- 29.10** Será remetida à **Secretaria Municipal de Administração** cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.
- 29.11** Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5 da Lei 12.846/13, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação de multa.

30 CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 30.1** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) tiver presentes razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 30.2** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 30.3** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

31 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 31.1** É facultado a **Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS)**, quando convocada(s) a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e esta(s) não aceitar(em) os prazos e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão Presencial.
- 31.2** É facultado ao Licitante ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 31.3** Fica assegurado a **Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS)** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 31.4** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS)** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 31.5** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 31.6** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 31.7** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame

na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

31.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos de todas as Licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

31.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

31.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante no timbre deste edital, até dois dias úteis antes da data de abertura dos Envelopes.

31.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem utilizados os serviços.

31.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do término.

31.13 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

31.14 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência do Objeto

Anexo II – Relação de Itens da Licitação

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços a ser assinada

Anexo IV - Modelo de Carta de Credenciamento.

Anexo V - Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Anexo VI - Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.

Anexo VII - Modelo Proposta de Preço.

Anexo VIII - Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo IX - Modelo de Declaração de Idoneidade.

Anexo X - Modelo de Declaração de Superveniência.

Anexo XI - Modelo de Declaração de Optante pelo Simples

Anexo XII - Portaria de Designação do Responsável pela Fiscalização

Anexo XIII – Modelo de Declaração de Não Contribuinte do ISS e Taxas Municipais

31.15 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

31.16 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

31.17 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

MARIA CELIA VASCONCELLOS
Presidente da FMS
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MOBILIÁRIO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FMS.

1.2 A presente licitação tem por objetivo atender as necessidades das seguintes unidades : módulos já existentes e novos do Programa de Saúde da Família, unidades da VIPAHE e da VIPACAF.

Abaixo, segue relação dos locais que serão atendidos com o referido mobiliário:

- **PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA (PMF):**
 - 1. Módulos Novos:** Holofote, Boa Vista, Serrão - Juca Branco, Coronel Leôncio - Correia, Favela do Sabão e Jacaré.
 - 2. Módulos Existentes:** Atalaia, Alarico, Badu, Baldeador, Bernardino, Cantagalo, Cafubá I, Cafubá II, Cafubá III, Cavalão, Caramujo, Colônia, Pescadores, Engenho do Mato, Grota I, Grota II, Ilha da Conceição, Ititioca, Jurujuba, Jonathas Botelho, Leopoldina, Maceió, Marítimos, Maruí, Maravista, Matapaca, Martins Torres, Morro do Céu, Nova Brasília, Palácio, Ponta da Areia, Preventório I, Preventório II, Sapê, Souza Soares, Vital Brazil, Viradouro, Viçoso Jardim, Vila Iperanga, Várzea das Moças, e Teixeira de Freitas.
- **UNIDADES HOSPITALARES E DE PRONTO ATENDIMENTO:** MMARVF- Maternidade Municipal Alzira Reis; UMAM- Unidade de Urgência Mario Monteiro; HMCT- Hospital Municipal Carlos Tortelly; HOF- Hospital Orêncio de Freitas; HPJ- Hospital Psiquiátrico de Jurujuba e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).
- **UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE / POLICLÍNICAS DE ESPECIALIDADES:** Engenhoca, Santa Bárbara, Centro, Morro do Estado, Sérgio Arouca, Barreto, Largo da Batalha, Carlos Antônio da Silva, Malu Sampaio, Fonseca, Piratininga, Itaipú e Sylvio Picanço.
- **LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA**
- **CENTRO DE TESTAGEM E ACONSEHAMENTO (CTA) do consultório de rua, nas instalações do térreo da Policlínica Sylvio Picanço.**
- **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**
- **CAPS:** Herbert de Souza, Álcool e Drogas, Atendimento Infantil, Ambulatório de Saúde Mental da Policlínica do Largo da Batalha, de Piratininga, do Carlos Antônio da Silva e UAI (Unidade de Atendimento Infanto-Juvenil).
- **CCZ (Centro de Controle de Zoonoses)**

1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nem as quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração, até mesmo, realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei 8.666/93 e art. 6º do Decreto 10.0005/06

1.4 A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município

1.5 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá (ão) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa, atendendo a Resolução RDC nº 80 de 18 de março de 2002.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Sistema Único de Saúde – SUS, tem vivenciado nos últimos anos a expansão da Atenção Básica em Saúde, em decorrência do crescimento do número de equipes e a universalização do acesso aos serviços de saúde no Município de Niterói. Segundo dados do IBGE, este identificou no Censo Demográfico de 2010, 78 (setenta e oito) áreas de maior vulnerabilidade socioespacial no Município de Niterói, denominados Aglomerados Subnormais, os quais contam com 80.873 (oitenta mil, oitocentos e setenta e três) indivíduos residentes.

2.2 O Programa Médico de Família atende 60 (sessenta) dessas localidades, ou seja, 76,9% (setenta e seis, vírgula nove por cento), Estes dados representam o atendimento de 63.680 (sessenta e três mil e seiscentos e oitenta) pessoas ou 78,75% (setenta e oito, vírgula setenta e cinco por cento). No que se referem as 18 (dezoito) localidades não atendidas nas estratégias da Saúde da Família (23,07%), estas somam 17.193 (dezessete mil, cento e noventa e três) pessoas, equivalendo a 21,26% (vinte e um vírgula vinte e seis por cento) do total. O contexto geral do Programa Médico de Família na atualidade tem a estimativa de cobertura total em torno de

198.460 (cento e noventa e oito mil e quatrocentos e sessenta) pessoas das 487.862 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e duas) pessoas, conforme dados do (CENSO 2010 - IBGE), aqui residentes, ou seja, 40,70% da população do município. Desse modo, a partir da comparação dos dados do Censo Demográfico 2010, 32,62% (trinta e dois, vírgula setenta por cento) da população atualmente é atendida pelo Médico de Família e é residente nos Aglomerados Subnormais, áreas, portanto, de maior vulnerabilidade socioespacial.

- 2.3** A estratégia da Saúde da Família é ampliar o atendimento em 40,7% (quarenta, vírgula sete por cento) da população do Município de Niterói. Pelo exposto acima, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói - FMS tem a preocupação de adoção de medidas que garantam o acesso da população à Assistência à Saúde, e seus Gestores consideram que essa estimativa então, alcançariam 100% (cem por cento) de cobertura. De forma que, toda população do Município de Niterói tenha uma cada área do Módulo do Programa Médico de Família.
- 2.4** No dia 15/05/2018, houve uma reunião, presidida pelo Sr. Prefeito Rodrigo Neves, com a presença da Secretária de Saúde, Sr^a Maria Celia Valladares e foi definida a expansão da cobertura do Programa Médico de Família nas Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, indicadas pelo Censo Demográficos IBGE/2010, denominadas Aglomerados Subnormais.
- 2.5** Em decorrência desta definição foi realizado um levantamento e indicação de implantação de mais 06 (seis) Módulos do Médico de Família, nas Comunidades do Holofote, da Boa Vista, do Serrão – Juca Branco, do Coronel Leôncio - Coreia, do Sabão e do Jacaré. A implantação desses 06 (seis) Módulos do Programa Médico de Família irá garantir uma melhor qualidade de vida para os usuários do Município de Niterói.
- 2.6** A modernização dos Materiais Permanente Médico-Hospitalar das Unidades e sua requalificação, será desenvolvidas na Policlínica de Piratininga; Policlínica Carlos Antônio da Silva e Policlínica da Especialidade em Atenção a Saúde da Mulher Malu Sampaio e proposta de Adequação do Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA do Ambulatório de Atendimento do Consultório de Rua, nas instalações do andar térreo da Policlínica de Especialidade Sylvio Picanço no Centro de Niterói.
- 2.7** Foram contempladas também as demais Unidades de Saúde do Município de Niterói, descrita nos itens **1.2,1.3,1.4,1.5,1.6**, das quais fazem parte as Unidades Hospitalares e de Emergência, estando entre elas à Maternidade Municipal Alzira Reis Vargas, que teve, com a obra de ampliação (Meta de Governo), sua oferta de leitos acrescida em 50% dos 22 leitos já existentes e o Hospital Municipal Carlos Tortelly, com um acréscimo de 60% dos 120 leitos já existentes. As demais Unidades tiveram seus quantitativos elaborados a partir de levantamentos pertinentes ao objeto, tendo em vista o número de inservíveis, de forma a atender integralmente aos usuários da Rede Municipal de Saúde.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

item	Especificação	unidade	min	máx
1	Armário Vitrine , aço, inoxidável, porta em vidro transparente 3 mm espessura, 03 prateleiras de vidro 3 mm espessura, 02 portas c/ fechadura com chaves, altura 1,50 largura 0,50, profundidade 0,40, estrutura em aço com cantos arredondados, prateleiras alturas regulável teto e fundo em, chapa nº 20, pés C, ponteira de borracha.	UNID	67	206
2	Banco giratório em Inox, com assento de 32cm de diâmetro, estofado em espuma revestida de courvin Altura regulável (sistema de rosca) Parte inferior com quatro pés providos de rodas giratórias. Base esmaltada, pés com rodízios garantia 01 ano. Altura mínima 0.47 m Altura Máxima 0.61m.	UNID	26	93
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio, estrutura em tubo de aço com pintura eletrostática a pó, com tecido resistente e durável, com 04 (quatro) rodízios, com dimensões aproximadas; largura aberto 1,80m / largura fechado: 0,61m x altura 1,80.	UNID	63	235
4	Braçadeira altura regulável por manipulo, haste cromada. Apoio de braço em aço inox, base tubular em aço com pintura epoxi. Possui 4 (quatro) pés com ponteiras plásticas. Altura min 0,75m x alt.max 1,15m. Tamanho da concha 20cm - Capa opcional*	UNID	28	110
5	Cadeira para coleta de sangue , confeccionada em tubo quadrado 20 mm x 20 mm x 1,20 mm, com assento e encosto estofados em espuma, revestida em courvin e bordas com acabamento em perfil PVC flexível, braço com altura regulável e suporte para braço estofado em espuma D-26, em pintura eletrostática pó (epóxi), após tratamento antiferruginoso, pés com ponteiras plásticas antiderrapantes,	UNID	29	113

	bordas arredondadas que garantem maior durabilidade do produto. Dimensões: 1630 mm x 750 mm x 740 mm (C x L x A); Peso sem embalagem: 10 Kg;cadeira para coleta de sangue suporta o peso: 100 Kg.			
6	Cadeira de Roda construída em alumínio aeronáutico, estrutura dobrável em duplo X pintura epóxi rolamentos blindados nas quatro rodas, inclusive no eixo vertical do garfo estofamento em nylon acolchoado com tensionamento de assento regulável e fixado sem parafusos, almofada em espuma injetada rodas traseiras de 24" em alumínio com pneus infláveis, protetores de raios, rodas dianteiras de 6" maciças, com garfos injetados em nylon sistema de desmontagem rápida nas quatro rodas "quick release", freios bilaterais com retorno automático feito por molas protetores de roupa em nylon com abas apoios para pés removíveis, rebatíveis reguláveis em altura apoios para braços escamoteáveis mancal que permite regulagem de altura, mudança do ângulo do assento, interiorização e posteriorização do centro de gravidade regulagem de tilt capacidade para 120 kg.	UNID	21	52
7	Cadeira de Roda Obeso - Construída com tubos de aço carbono; dobrável em duplo X reforçado; braços bilaterais escamoteavam; protetor de roupa; freios bilaterais ajustáveis; pedais fixos com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; apoio de panturrilha tipo faixa; rodas traseiras de 24", pneu inflável aro de impulsão em aço carbono, cubo montado com rolamento blindado; eixo removível; placa de sustentação das rodas traseiras reforçada em alumínio; rodas dianteiras de 8" montada com rolamento blindado, garfo de alumínio fixado em cubo dianteiro; estofamento confeccionado em nylon impermeável com faixa de reforço, almofada sobre o assento de 4 cm de espessura de alta densidade; Acabamento em pintura eletrostática.	UNID	13	35
8	Carro de curativo: Estrutura de aço inoxidável, contendo três prateleiras e balde de lixo. Lado Pusher 80 milímetros rodízios; opcionais curas garrafas titular. Dimensões Aprox.: 0,80 X 0,43 X 0,85 M.	UNID	20	93
9	Carro de Emergência Esmaltado , com tampo em inox, com 4 gavetas, sendo a primeira com repartições para medicamentos, suporte de soro inox, sistema de trava das gavetas, suporte de cilindro, tabua de massagem cardíaca, suporte giratório 360° para desfibrilador/ cardioversor tomadas com 4 saídas. Desfibrilador externo automático, com 10 anos de garantia cilindro de oxigênio para o carro de emergência válvula reguladora com saída dupla, com aspirador sistema Venturi e fluxometro – micro nebulizador com extensão e máscara para 02 Oxímetro de dedo, ambu reanimador manual de silicone autoclavável com reservatório de 02 laringoscópio com cabo + 2 lamino inox.	UNID	16	27
10	Escada fabricada em liga de alumínio estrutural, modelo com 03 (três) degraus, com fixação rígida dos degraus, peças plásticas em polipropileno, anti - ferrugem, antiderrapante, tipo profissional, com carga mínima de 100 kg.	UNID	119	351
11	Maca clínica adulto , para exame armação tubular em pintura epóxi leito acolchoado em espuma densidade 28 e napa cabeceira reclinável. Suporta peso de até 200Kg. Dimensões externas aproximadas 1,80 m de compr. X 0,80 m de largura X 0,80 m de altura. Acompanha suporte para lençol de papel descartável de 70cm. CUBAGEM 1,152 M	UNID	56	199
12	Maca para exame clínico infantil , estrutura tubular de aço pintado na cor branca, leito estofado revestido em courvin na cor preta e pés com ponteira de borracha. Medindo aproximadamente: 85 x 150 x 50cm (A x L x P).	UNID	03	09
13	MACA de exame clínico para sala de ultrassonografia , estrutura tubular de aço pintado na cor branca, cabeceira regulável em três posições, leito estofado revestido em courvin na cor preta e pés com ponteiras de borracha. Medindo aproximadamente: 60 altura x 70 largura e 2,00 metros de comprimentos. (A x L x P).	UNID	04	17

14	<p>Mesa Ginecológico Madeira MDF / MDP / SIMILAR com Gabinete em chapa de aço de 1,00 mm Totalmente Pintado. Leito estofado e revestido em courvim dividido em três partes (Cabeceira, Assento e Perneira). Cabeceira e Peseira com regulagem através de cremalheiras cromadas. Porta-Coxas revestido em Courvim com anexos cromados. Suporte de Lençol cromado. Suporte para Colposcópio portátil cromado. Gaveta de Flúidos em inox. Puxador e pés em chapa de 1,50 mm pintado.</p> <p>Características 4 Gavetas; 2 Portas; 1 Prateleira Interna Removível, 1 Gaveta de Flúidos 1 Suporte para Colposcópio, 1 Suporte para Lençol</p> <p>Dimensões 1.84x0,60x0,85 m.</p>	UNID	08	74
15	<p>Mesa Mayo utensílio para instrumento cirúrgico, confeccionado em tubo de inox de no mínimo 1 x 1,2mm, altura regulável com bandejas de inox, pés com 5 rodízios, bandeja principal de no mínimo 0,48 x 0,32 m e bandeja secundaria de no mínimo 0,30 x 0,20 x 04m, todas de inox.</p>	UNID	29	107
16	<p>Mesa auxiliar, com estrutura em tubos redondos cromados com rodízios e tampo de aço inoxidável. Medindo 70 x 50 x 50cm (A x L x P).</p>	UNID	19	73
17	<p>Mesa auxiliar, com estrutura em tubos redondos cromados e tampo de aço inoxidável com varanda. Medindo 70 x 50 x 50cm (A x L x P).</p>	UNID	20	71
18	<p>Mesa auxiliar em aço inox para balança infantil com estrutura em tubos redondos, dois tampos e com ponteiros de borracha (sem rodízios). Medindo: 80 x 55 x 55cm (A xL x P).</p>	UNID	16	47
19	<p>Suporte para soro em tubo redondo de aço inoxidável, altura regulável, capacidade para 03 (três) frascos.</p>	UNID	144	337
20	<p>Cama hospitalar elétrica com leito confeccionado em chapa de aço de carbono de aproximadamente 1,50MM e o assento confeccionado em chapa de aço inoxidável de aproximadamente 1,20MM, o acabamento deve ser em pintura eletrostática a pó com tratamento antiferruginoso anterior, secagem em estufa o chassis deve ter estrutura confeccionada em tubo de aço carbono, braços para movimentação do leito em tubo de aço-carbono, carenagem lateral em chapa em aço carbono e para-choque de PVC para proteção de parede. A base deve ser confeccionada em tubo de aço carbono, revestida com carenagem em material termoplástico. A cabeceira e a peseira devem ser confeccionada em poliuretano injetado com acabamento poliuretano, devendo ser removíveis, as grades laterais devem ser confeccionadas em poliuretano injetado com acabamento em poliuretano. Comando obtidos através de motores elétricos com controle remoto manual, permitindo a realização dos movimentos Fowler, semi-fowler, sentado, cardíaco, flexão, trendelemburg reverso de trendelemburg e elevação total de altura do leito, deve possuir rodízios giratórios, sendo 02 com freios em diagonal. Acessórios perneira, munhequeira e colchão com zíper, com as seguintes dimensões: 1,96M X 0,88M (L) X 0,55 altura Mín. 0,95 altura Max capacidade máxima 150Kg.</p>	UNID	64	132
21	<p>CAMA HOSPITALAR HIDRAULICA – Leito Articulado por Hidráulica de Colunas, estrutura do leito com longarinas, construída com tubos de aço de carbono, retangulares 30 x 70 mm.O leito construídos com tubos quadrados de 25 x 25 mm, sendo articulável e rádio transparente. Possui sistema de gaveta de raio-x que se movimenta livremente abaixo do leito, possibilitando raio-x em toda extensão sem incomodar o paciente. Movimentos do dorso, acionados por duplo sistema pneumático. Sistema de elevação por duas colunas hidráulicas acionado por pedais, que possibilita elevação de altura, trendelemburg e reverso, trendelemburg. Proteções de parede laterais, frontais e rollerbumpers nos quatro cantos da cama. Acabamentos frontais em plástico vacuum formado. Empurradores em ambos os sentidos da cama. Grades laterais de empilhar com tubos inox e proteção de poliuretano skin na parte superior. Carenagem inferior de material termoplástico com alta resistência,</p>	UNID	108	246

	possuindo uma cavidade para cilindro de oxigênio e outra para objetos do paciente. Rodízio de 8" de diâmetro com sistema de freio central sendo uma roda direcional. Carga 150 kg. Medidas 1,00 x 2,15 m. Acompanhada de colchão hospitalar específico para a cama. Garantia de 01 ano com contagem do período iniciada após a aceitação da entrega técnica, Manual e esquema, assistência técnica permanente distante até 50KM do local de instalação do equipamento. Treinamento de profissionais sem ônus. Registro no Ministério da Saúde. Apresentar catálogo original ou copia colorida e materiais ilustrativos referentes ao modelo ofertado.			
22	CAMA HOSPITALAR PARA OBESO - Cama hospitalar FOWLER para OBESO, motorizada e com balança .Capacidade mínima 350Kg, Estrutura, estrado e leito fabricados em aço carbono, cabeceira e peseira removíveis, leito articulado com movimentos Fowler, Semifowler, Trendelenburg, reverso Trendelenburg, sentado, dorso, joelhos, elevação do leito, Grades laterais de proteção de queda, para-choque de proteção em toda volta, Balança integrada ao leito para evitar remoção do paciente, Rodízios para suportar 350KG de no mínimo 200mm, freios, Alimentação 110/220V, Colchão específico para as medidas do leito, densidade 50 adequada para obeso, espessura mínima 15cm e fechamento protegido contra líquidos, Suporte para soro fabricado em aço inox AISI 304, Demais acessórios ao completo funcionamento do leito. Registro no Ministério da Saúde, treinamento da equipe sem ônus, Assistência técnica permanente distante até 50KM do local de instalação do equipamento. Apresentar catalogo original ilustrativo referente ao modelo ofertado, manual e esquema. Garantia de 01 ano com contagem do período iniciada após a aceitação da entrega técnica.	UNID	02	04
23	CARRO MACA DE TRANSPORTE HIDRÁULICO - Carro maca de transporte hidráulico estrutura em tubos quadrados de aço inox carbonado com rodízios de 8" de diâmetro dois deles com freios. Grades laterais basculantes em aço inox AISI 304 embutidas no leito. Leito com cabeceira regulável em chapa de aço inox escovada 20, com proteção para choque emborrachado em toda a volta. Acessórios 01 suporte de soro em tubos de aço inox AISI 304 com regulagem de altura e 01 colchonete de espuma revestido de curvim com zíper.	UNID	24	43
24	CAMA HOSPITALAR HIDRAULICA ESTENDIDA - Leito Articulado por Hidráulica de Colunas, estrutura do leito com longarinas, construída com tubos de aço de carbono, retangulares 30 x 70 mm.O leito construídos com tubos quadrados de 25 x 25 mm, sendo articulável e rádio transparente. Possui sistema de gaveta de raio-x que se movimenta livremente abaixo do leito, possibilitando raio-x em toda extensão sem incomodar o paciente. Movimentos do dorso, acionados por duplo sistema pneumático. Sistema de elevação por duas colunas hidráulicas, acionado por pedais, que possibilita elevação de altura, tredelemburg e reverso, tredelemburg. Proteções de parede laterais, frontais e rollerbumpers nos quatro cantos da cama. Acabamentos frontais em plástico vacum formado. Empurradores em ambos os sentidos da cama. Grades laterais de empilhar com tubos inox e proteção de poliuretano skin na parte superior. Carenagem inferior de material termoplástico com alta resistência, possuindo uma cavidade para cilindro de oxigênio e outra para objetos do paciente. Rodízio de 8" de diâmetro com sistema de freio central sendo uma roda direcional. Carga 150 kg. Medida estendida: 1,00 x 2,30 m. Acompanhada de colchão hospitalar específico para a cama. Garantia de 01 ano com contagem do período iniciada após a aceitação da entrega técnica, Manual e esquema, assistência técnica permanente distante até 50KM do local de instalação do equipamento. Treinamento de profissionais sem ônus. Registro no Ministério da Saúde. Apresentar catálogo original ou copia colorida e materiais ilustrativos referentes ao modelo ofertado.	UNID	02	04
25	CAMA PPP - Controle remoto com alça que permite ser colocado em varias partes da cama e controle total de todos os movimentos da cama; Controle de grade externa (total) e interno (02 movimentos); Todos os controles são disponíveis para a parturiente e equipe de profissionais; 02 modelos de motorização: completa	UNID	05	05

	<p>(altura e posições) e básica (somente altura). Arco sustentação (esforço) removível; Suporte de Soro com ajuste de altura; Colchão tri-partido em espuma de alta densidade; Cabeceira removível; Rodízios de 4" com trava; Encosto reclinável em 10 posições com inclinação de 0° a 70°; Tanque de Placenta em aço inoxidável; Braço para esforço com 03 ajustes em aço inox e acabamento em silicone; Peseira ergonômica com rotação de 30° de 02 ou de 08 posições; Suporte Lombar dobrável. Operação simples para todas as posições (Proclive, Trendelenburg, Encosto Reclinável, Horizontal, altura do leito); Grades laterais retrateis e deslizantes Alavanca para destravamento imediato do encosto (CPR); Perneiras removíveis e ajustáveis; Quadro de complemento para os pés.</p> <p>Alimentação: 127v ou 220v (50/60 Hz)</p> <p>Consumo: 250 w Capacidade de trabalho: Até 200 Kg; Altura: de 700 a 1004 mm (máxima);</p> <p>Largura: 890 mm; Comprimento: 1870 mm; Peso: 135 kg; Perneira para apoio de coxa em alumínio; Suporte de Soro; Rodízios de 6";</p> <p>Apoio para Pé com 08 posições; Prateleira para acessório; Assento ativo; Mocho; Mesa para refeição; Capa de espuma para apoio de coxa; Kit de proteção de cama; Capa protetora de mocho; Capa encosto de cabeça; Conjunto de capas do assento ativo.</p>			
26	<p>MACA RETRÁTIL PARA O SAMU - Capacidade de 300 kg;- Alça traseira móvel ou fixa para transporte.- Alça de retração em polímero;Cintos de segurança com engates automotivos; Conjunto de aço com pino rei para travamento em sistemas de ancoragem.; Rodízios emborrachados com diâmetro de 127mm e sistema de freios; Estrutura em duro alumínio tubular; Colchonete densidade 33, revestido em material 100% impermeável, costurado eletronicamente; Alças laterais basculantes com sistema duplo de acionamento.; Uniões estruturais de polímero de alta resistência e durabilidade; Sistema de segurança anti-queda; Joelhos articulados em polímero; Batentes dianteiros revestidos com perfil de PVC de alta resistência a impactos; Cabeceira móvel (fowler) com regulagem em 8 posições; Eixo aéreo com rodízios emborrachados e sistema de ajuste fino de altura.</p>	UNID	03	03
27	<p>COLCHONETE PARA MACA RETRÁTIL- Colchonete para maca retrátil, selada eletronicamente para impedir a penetração de líquidos e fluidos. Revestimento em courvim com aditivos bactericida, fungicida e retardante de chamas, em conformidade com a resolução 498-14 (flamabilidade).</p>	UNID	16	16
28	<p>MACA ESPECIAL TRANÇADA - Confeccionado em tecido emborrachado tipo 100% poliamida, dublado e com cintos pretos em 100% poliamida horizontais e verticais trançado em toda volta do aparelho, totalizando 12 peças. Destinado ao resgate e transporte de pessoas acidentadas, onde não haja complicações cervicais. Usado especialmente para transporte em moradias sem elevadores ou em local de difícil acesso, como favela, vielas etc. Tamanho: 2,00 x 0,85 cm</p>	UNID	10	10
29	<p>MACA SCOOP TIPO TESOURA / DE EMERGÊNCIA - Maca de alumínio da colher; Raio X translúcido; O gancho eficaz/desengancha o dispositivo para a divisão da maca; Comprimento ajustável com bloco automático; Desengancha rapidamente correias de segurança para a imobilização paciente; Capacidade: aproximadamente 170 quilogramas.</p>	UNID	08	08

3.1 Os quantitativos dispostos neste Termo de Referência serão distribuídos pelas Unidades conforme Anexos A, B e C, de acordo com suas necessidades.

3.2 Os equipamentos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ata para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

4.DO LOCAL DE ENTREGA:

4.1 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central (ALCEN) localizado na Rua Coronel Gomes Machado nº 251, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

5.DO PRAZO DE ENTREGA

5.1 O prazo para entrega do objeto será até 30 dias (trinta dias) corridos após o recebimento da Nota de Empenho.

6.DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

- 6.1** Maria Aparecida Gonçalves, matrícula: 229008-8, Chefe de ADM, DEADM.
6.2 Maria Benedita Lisboa Alves - matrícula: 437.356-1 - Cargo: Chefe de Serviço de Almoxarifado.
6.3 Luana Lima Vieira Morais – matrícula 437.425-8 – Coordenadora Administrativa do Programa Médico de Família/ PMF.
6.4 Tânia Maria da Matta Rodrigues Cunha – matrícula 436.997-1 – DEADA/VIPAHE

7.DA ESTIMATIVA DE VALOR

- 7.1** O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 4.387.681,24** (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e hum reais e vinte e quatro centavos)

8.DO BLOCO DE FINANCIAMENTO / COMPONENTE

- 8.1 FONTE: 138**
PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.122.145.4192
NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.00

9.DA AÇÃO VINCULADA NA PAS

- 9.1** VIPACAF – Meta - Garantir a cobertura de 75% da Atenção Básica; Ação – 3 - Assegurar o custeio de 18(dezoito) Unidades de Saúdes,
9.2 VIPAHE - Meta - Assegurar que as 4 unidades hospitalares (MMARVF, HPJ, HOF, HMCT,) e 1 Unidade de Pronto Atendimento UMAM (UPAIII), prestem assistência de forma adequada e conforme perfil assistencial; Ação - 43 - Assegurar funcionamento adequado das 4 unidades hospitalares (MMARVF, HPJ, HOF, HMCT) e 1 Unidade de Pronto Atendimento- UMAM (UPA III)
9.3 SAMU - Meta - Assegurar 100% de Cobertura do serviço de atendimento Móvel de urgência (SAMU 192); Ação - 35 - Assegurar aquisição de material de consumo, 38 - Assegurar aquisição de material permanente.
9.4 Assegurar o custeio de 18(dezoito) Unidades de Saúdes.
9.5 Readequar a estrutura física e equipamentos de 52 (cinquenta e duas) Unidades de Saúdes.

10.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA EMPRESA CONTRATADA**10.1 Do Contratante:**

- 10.1.1** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
10.1.2 Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
10.1.3 Acompanhar, verificar e fiscalizar a entrega do material, para assegurar a fiel observância do prazo de entrega, bem como das especificações constantes dos produtos deste EDITAL.
10.1.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital;
10.1.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
10.1.6 Informar à Contratada nome e telefone do Gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

10.2 Da Contratada:

- 10.2.1** Entregar os itens licitados, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;
10.2.2 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias,
10.2.3 Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
10.2.4 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
10.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
10.2.6 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.
10.2.7 Prestar esclarecimentos à Fundação Municipal de Saúde sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
10.2.8 Adotar todos os critérios de segurança para seus empregados quando da entrega do material.
10.2.9 No ato da entrega dos equipamentos, estes deverão vir acompanhados da Nota Fiscal, identificando em

seu corpo a Nota de Empenho, a que se referem.

10.2.10 A CONTRATADA será responsável pelo frete, carga e descarga do material, bem como as demais taxas e despesas necessárias à entrega do objeto do presente Edital. Deverão estar incluídos em sua proposta, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas que venham a incidir direta ou indiretamente sobre aquisição deste material constante em seu do objeto, constante neste Edital, abrangendo assim, todos os custos e despesas envolvidas. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto do presente Edital será interpretada como não existente ou já incluída no valor ofertado, não podendo a contratada pleitear quaisquer acréscimos.

10.2.11 Em nenhuma hipótese será (ão) aceito(s) produto(s) cujas embalagens não estejam íntegras ou que apresentem alguma alteração nas suas características descritas neste Edital e em suas embalagens;

10.2.12 Na hipótese de não aceitação do objeto pretendido, no total ou em parte pela Administração da Fundação Municipal de Saúde, por problemas de qualidade comprovadamente apuradas, a CONTRATADA, após sua intimação por escrito, fica obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias no máximo;

10.2.13 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Art. 70 da Lei Federal n.º 8.666/93;

10.2.14 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Nº 8.666/93;

10.2.16 Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2.17 A Contratada deverá garantir suporte técnico e fornecimento de peças para os equipamentos pelo prazo de 05 (cinco) anos após o aceite definitivo incluindo teste de desempenho.

10.2.18 A Contratada deverá realizar assistência técnica gratuita nos equipamentos até o final da garantia.

10.2.19 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica no local onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

11. DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Todos os Materiais Permanentes de Mobiliário Hospitalar deverão possuir garantia/validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, se outra não houver.

11.2. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos produtos (peças), fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada, ou deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante.

11.3. Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos equipamentos.

11.4. No decorrer da garantia, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirado para conserto em oficina especializada.

11.5. O prazo de atendimento será de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas contados da abertura do chamado via telefone ou e-mail e o conserto deverá ser efetuado em 48 (quarenta e oito) horas, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela Contratante.

À Consideração Superior

De Acordo,

Luana Lima Vieira Morais

Coordenadora Administrativa do Programa Médico de Família
PMF / Matrícula 437.425-8

De Acordo,

Juliana Santos Costa

Vice-Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e da Família.

VIPACAF/Mat. 437.167-0

De Acordo,

Tânia Maria da Matta Rodrigues Cunha
Deptº Administrativo e de Análise de Dados
VIPAHE/Matrícula 436.997-1

Aprovo e encaminho à _____ para as providências cabíveis.

Maria Célia de Vasconcellos
Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO A – QUANTITATIVO VIPACAF

Nº	ESPECIFICAÇÕES	PR ENGENHOCA	PR BARRETO	PR LARGO DA BATALHA	PESP	PR ITAIPU	PR SERGIO AROUCA	PR FONSECA	LABORATÓRIO MIGUELOTE VIANA	UBS CENTRO	UBS ESTADO	UBS ENGENHOCA	UBS SANTA BARBARA	CSM (Saúde Mental)	CCZ (Centro de Controle Zoonose)	TOTAL GERAL
1	Armário Vitrine	3	4	4	9	4	4	4	2	4	2	4	2	0	2	48
2	Banco giratório em Inox	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	0	0	13
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	0	0	23
4	Braçadeira altura regulável	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	12
5	Cadeira para coleta de sangue	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	0	0	14
6	Cadeira de Roda	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	11
7	Cadeira de Roda Obeso	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	11
8	Carro de curativo	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	11
9	Carro de Emergência Esmaltado	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
10	Escada	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	0	0	23
11	Maca clínica adulto	4	4	4	4	4	4	4	0	4	4	4	4	0	1	45
12	Maca para exame clínico infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4
14	Mesa Ginecológico Madeira MDF/MDP/SIMILAR	0	2	2	0	2	2	2	0	2	1	2	1	0	0	16
15	Mesa Mayo	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	11
16	Mesa auxiliar com rodízio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
17	Mesa auxiliar sem rodízio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	27
18	Mesa auxiliar em aço inox	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Suporte para soro	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	1	25
		24	25	27	28	26	25	26	12	25	22	25	22	6	5	298

OBS: OS ITENS 12 E 13 EQUIPAMENTOS USADOS PELA UNIDADE QUE POSSUI SETOR DE ULTRASSONOGRAFIA.

OBS: ITEM 16 - MOBILIÁRIO USADO PELAS POLICLÍNICAS

ANEXO B - QUANTITATIVO PMF

Nº	ESPECIFICAÇÕES											
		PMF HOLOFOTE	PMF BOA VISTA	PMF SERRÃO JUCA BRANCO	PMF CORONEL LEÔNICIO COREIA	PMF FAVELA DO SABÃO	PMF JÁCARÉ	PR CARLOS ANTONIO DA SILVA	PE MALU SAMPAIO	CTA (Centro de Testagem e Acolhimento)	UBS PIRATININGA	TOTAL
1	Armário Vitrine	8	8	8	8	8	8	8	9	4	8	77
2	Banco giratório em Inox	1	1	1	1	1	1	5	3	0	0	14
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	3	3	3	3	3	5	5	5	3	5	38
4	Braçadeira altura regulável	1	1	1	1	1	1	3	2	1	2	14
5	Cadeira para coleta de sangue	2	2	2	2	2	2	2	0	0	2	16
6	Cadeira de Roda	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
7	Cadeira de Roda Obeso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
8	Carro de curativo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
9	Carro de Emergência Esmaltado	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
10	Escada	6	3	6	6	6	6	25	11	1	8	78
11	Maca clínica adulto	6	3	6	6	6	6	20	11	1	4	69
12	Maca para exame clínico infantil	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	6
14	Mesa Ginecológico Madeira MDF/MDP/SIMILAR	1	1	1	1	1	1	2	4	1	1	14
15	Mesa Mayo	1	1	1	1	1	1	2	1	0	1	10
16	Mesa auxiliar com rodízio	1	1	1	1	1	1	1	3	1	0	11
17	Mesa auxiliar sem rodízio	1	1	1	1	1	1	5	4	1	0	16
18	Mesa auxiliar em aço inox	0	0	0	0	0	0	3	3	1	2	9
19	Suporte para soro	4	4	4	4	4	4	4	3	1	1	33
SUBTOTAL I		38	32	38	38	38	40	93	68	19	37	441

Nº	ESPECIFICAÇÕES														TOTAL	
		PMF ATALAIA	PMF ALARICO	PMF BERNARDINO	PMF BADU	PMF CANTAGALO	PMF CAFUBÁ I	PMF CAFUBÁ II	PMF CAFUBÁ III	PMF CAVALÃO	PMF CARAMUJO	PMF COLÔNIA DE PESCADORES	PMF ENGE - NHO DO MATO	PMF GROTA I	PMF GROTA II	
1	Armário Vitrine	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
2	Banco giratório em Inox	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	28
4	Braçadeira altura regulável	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
5	Cadeira para coleta de sangue	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	28
6	Cadeira de Roda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Cadeira de Roda Obeso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Carro de curativo	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1	2	1	1	18
9	Carro de Emergência Esmaltado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Escada	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	28
11	Maca clínica adulto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
12	Maca para exame clínico infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Mesa Ginecológico Madeira MDF/MDP/SIMILAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
15	Mesa Mayo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
16	Mesa auxiliar com rodízio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
17	Mesa auxiliar sem rodízio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Mesa auxiliar em aço inox	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Suporte para soro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
SUBTOTAL II		14	14	14	15	15	14	14	14	14	15	14	15	14	14	200

Nº	ESPECIFICAÇÕES	Municípios														TOTAL	
		PMF ILHA DA CONCEIÇÃO	PMF ITTIOCA	PMF JURUJUBA	PMF JONATHAS BOTELHO	PMF LEOPOLDINA	PMF MACEIÓ	PMF MARÍTIMOS	PMF MARUI GRANDE	PMF MARAVISTA	PMF MATAPACA	PMF MARTINS TORRES	PMF MORRO DO CÉU	PMF NOVA BRASÍLIA	PMF PALÁCIO		PMF PONTA D'AREIA
1	Armário Vitrine	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
2	Banco giratório em Inox	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	30
4	Braçadeira altura regulável	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
5	Cadeira para coleta de sangue	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
6	Cadeira de Roda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Cadeira de Roda Obeso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Carro de curativo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
9	Carro de Emergência Esmaltado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Escada	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	30
11	Maca clínica adulto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
12	Maca para exame clínico infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Mesa Ginecológico Madeira MDF/MDP/SIMILAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
15	Mesa Mayo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
16	Mesa auxiliar com rodízio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
17	Mesa auxiliar sem rodízio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Mesa auxiliar em aço inox	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Suporte para soro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
SUBTOTAL III		14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	210

Nº	ESPECIFICAÇÕES											TOTAL	
		PMF BALDEADOR	PMF PREVENTÓRIO I	PMF PREVENTÓRIO II	PMF SAPÊ	PMF SOUZA SOARES	PMF TEIXEIRA DE FREITAS	PMF VÁRZEA DAS MOÇAS	PMF VITAL BRASIL	PMF VIRADOURO	PMF VIÇOSO JARDIM	PMF VILA IPIRANGA	
1	Armário Vitrine	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
2	Banco giratório em Inox	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	22
4	Braçadeira altura regulável	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
5	Cadeira para coleta de sangue	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
6	Cadeira de Roda	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
7	Cadeira de Roda Obeso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Carro de curativo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
9	Carro de Emergência Esmaltado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Escada	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	22
11	Maca clínica adulto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
12	Maca para exame clínico infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Mesa Ginecológica Madeira MDF/MDP/SIMILAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
15	Mesa Mayo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
16	Mesa auxiliar com rodízio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
17	Mesa auxiliar sem rodízio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Mesa auxiliar em aço inox	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Suporte para soro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
SUBTOTAL IV		15	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	155

TOTAL GERAL VIPACAF: 1006

OBS: OS ITENS 12 E 13 EQUIPAMENTOS USADOS PELA UNIDADE QUE POSSUI SETOR DE ULTRASSONOGRRAFIA.

OBS: ITEM 16 - 17 - MOBILIÁRIO USADO PELAS POLICLÍNICAS

ANEXO C – QUANTITATIVO VIPAHE

Nº	ESPECIFICAÇÕES	MARVF	HPJ	HMCT	HOF	UMAM	SAMU	TOTAL
1	Armário Vitrine	10	0	10	10	10	1	41
2	Banco giratório em Inox	8	0	16	8	6	2	40
3	Biombo com 02 (dois) faces e rodízio	12	6	40	20	12	4	94
4	Braçadeira altura regulável	8	6	12	4	12	2	44
5	Cadeira para coleta de sangue	8	0	15	4	2	0	29
6	Cadeira de Roda	3	3	12	4	8	0	30
7	Cadeira de Roda Obeso	1	1	6	2	2	2	14
8	Carro de curativo	4	1	10	6	6	1	28
9	Carro de Emergência Esmaltado	2	3	10	2	4	1	22
10	Escada	30	6	30	64	38	2	170
11	Maca clínica adulto	5	2	20	6	10	2	45
12	Maca para exame clínico infantil	2	0	0	0	4	0	6
13	Maca de exame clínico para sala de ultrassonografia	2	0	2	2	1	0	7
14	Mesa Ginecológico Madeira MDF/MDP/SIMILAR	2	0	1	1		0	4
15	Mesa Mayo	8	0	20	6	11	1	46
16	Mesa auxiliar com rodízio	3	0	7	4	4	2	20
17	Mesa auxiliar sem rodízio	4	0	10	6	4	4	28
18	Mesa auxiliar em aço inox	14	0	10	6	4	4	38
19	Suporte para soro	35	6	100	64	30	4	239
20	Cama hospitalar elétrica	35	4	29	54	10		132
21	Cama Hospitalar hidráulica	8	45	159	20	14		246
22	Cama Hospitalar para Obeso			4				4
23	Carro Maca de transporte Hidráulico	5	4	15	4	15		43
24	Cama Hospitalar Hidraulica Estendida			4				4
25	Cama PPP			5				5
26	Maca retrátil para o Samu						3	3
27	Colchonete para Maca Retrátil						16	16
28	Maca especial Trançada						10	10
29	Maca Scoop Tipo tesoura/ de emergência						8	8
SUBTOTAL		209	87	547	297	207	69	1416

ANEXO III**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos dias do mês de do ano de), presentes de um lado, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, inscrito no CNPJ sob o nº 32.556.060/0001-81, sediado na rua Visconde de Sepetiba, 987/8º andar, Centro, /Niterói - RJ, representada pela Sra. Presidente **MARIA CÉLIA VALLADARES VASCONCELLOS**, portadora da Carteira de Identidade nº **29.629.268-3 EX – IPF** e inscrita no CPF sob o nº **799.957.567-49**, conforme competência que lhe foi delegada através da Portaria Municipal nº **431/2016** doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, em face da classificação das propostas de preços no Pregão Presencial nº **58/2019** para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas, RESOLVE registrar os preços para a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas à **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MOBILIÁRIO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FMS**, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a(s) empresa(s) classificada(s) com os respectivos itens e preços. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses, a partir de sua publicação, mantidas todas as condições instituídas no edital supramencionado. A presente Ata será utilizada pela FMS- Niterói, como órgão gerenciador, na forma prevista no instrumento editalício, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo II. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, lavrando-se esta Ata que vai assinada pela Sra. Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, bem como pelos representantes das empresas com preços registrados, devendo a mesma ser publicada no Diário Oficial do Município para que opere seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS consiste em a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas à **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MOBILIÁRIO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FMS**

1.1 A presente licitação tem por objetivo atender as necessidades das seguintes unidades : módulos já existentes e novos do Programa de Saúde da Família, unidades da VIPAHE e da VIPACAF.

Abaixo, segue relação dos locais que serão atendidos com o referido mobiliário:

- **PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA (PMF):**
 - 3. Módulos Novos:** Holofote, Boa Vista, Serrão - Juca Branco, Coronel Leôncio - Correia, Favela do Sabão e Jacaré.
 - 4. Módulos Existentes:** Atalaia, Alarico, Badu, Baldeador, Bernardino, Cantagalo, Cafubá I, Cafubá II, Cafubá III, Cavalão, Caramujo, Colônia, Pescadores, Engenho do Mato, Grotá I, Grotá II, Ilha da Conceição, Ititioica, Jurujuba, Jonathas Botelho, Leopoldina, Maceió, Marítimos, Maruí, Maravista, Matapaca, Martins Torres, Morro do Céu, Nova Brasília, Palácio, Ponta da Areia, Preventório I, Preventório II, Sapê, Souza Soares, Vital Brazil, Viradouro, Viçoso Jardim, Vila Iperanga, Várzea das Moças, e Teixeira de Freitas.
- **UNIDADES HOSPITALARES E DE PRONTO ATENDIMENTO:** MMARVF- Maternidade Municipal Alzira Reis; UMAM- Unidade de Urgência Mario Monteiro; HMCT- Hospital Municipal Carlos Tortelly; HOF- Hospital Orêncio de Freitas; HPJ- Hospital Psiquiátrico de Jurujuba e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).
- **UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE / POLICLÍNICAS DE ESPECIALIDADES:** Engenhoca, Santa Bárbara, Centro, Morro do Estado, Sérgio Arouca, Barreto, Largo da Batalha, Carlos Antônio da Silva, Malu Sampaio, Fonseca, Piratininga, Itaipú e Sylvio Picanço.
- **LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA MIGUELOTE VIANA**
- **CENTRO DE TESTAGEM E ACONSEHAMENTO (CTA)** do consultório de rua, nas instalações do térreo da Policlínica Sylvio Picanço.
- **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

- CAPS: Herbert de Souza, Álcool e Drogas, Atendimento Infantil, Ambulatório de Saúde Mental da Policlínica do Largo da Batalha, de Piratininga, do Carlos Antônio da Silva e UAI (Unidade de Atendimento Infanto-Juvenil).
- CCZ (Centro de Controle de Zoonoses)

1.2 Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá (ão) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa, atendendo a Resolução RDC nº 80 de 18 de março de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua Publicação.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FMS - Niterói não será obrigada a adquirir os medicamentos referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador desta FMS, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DA ENTREGA

Os itens desta licitação deverão ser entregues até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho, sendo os insumos entregues no ALCEN – Almoxarifado Central - situado à Rua Coronel Gomes Machado, 251-Fundos - Centro - Niterói. Tel. 2613-3779. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central (ALCEN) localizado na Rua Coronel Gomes Machado nº 251, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar, com pontualidade, os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- Acompanhar, verificar e fiscalizar a entrega do material, para assegurar a fiel observância do prazo de entrega, bem como das especificações constantes dos produtos deste EDITAL.
- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- Informar à Contratada nome e telefone do Gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Entregar os itens licitados, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;
- Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias,
- Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.
- Prestar esclarecimentos à Fundação Municipal de Saúde sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.
- Adotar todos os critérios de segurança para seus empregados quando da entrega do material.

- i) No ato da entrega dos equipamentos, estes deverão vir acompanhados da Nota Fiscal, identificando em seu corpo a Nota de Empenho, a que se referem.
- j) A CONTRATADA será responsável pelo frete, carga e descarga do material, bem como as demais taxas e despesas necessárias à entrega do objeto. Deverão estar incluídos em sua proposta, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas que venham a incidir direta ou indiretamente sobre aquisição deste material constante em seu do objeto, abrangendo assim, todos os custos e despesas envolvidas. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no valor ofertado, não podendo a contratada pleitear quaisquer acréscimos.
- k) Em nenhuma hipótese será (ão) aceito(s) produto(s) cujas embalagens não estejam íntegras ou que apresentem alguma alteração nas suas características descritas no Edital e em suas embalagens;
- l) Na hipótese de não aceitação do objeto pretendido, no total ou em parte pela Administração da Fundação Municipal de Saúde, por problemas de qualidade comprovadamente apuradas, a CONTRATADA, após sua intimação por escrito, fica obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias no máximo;
- m) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Art. 70 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- n) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Nº 8.666/93;
- p) Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- q) A Contratada deverá garantir suporte técnico e fornecimento de peças para os equipamentos pelo prazo de 05 (cinco) anos após o aceite definitivo incluindo teste de desempenho.
- r) A Contratada deverá realizar assistência técnica gratuita nos equipamentos até o final da garantia.
- s) A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica no local onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DO PRODUTO

- a) Todos os Materiais Permanentes de Mobiliário Hospitalar deverão possuir garantia/validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, se outra não houver.
- b) No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos produtos (peças), fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada, ou deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante.
- c) Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos equipamentos.
- d) No decorrer da garantia, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirado para conserto em oficina especializada.
- e) O prazo de atendimento será de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas contados da abertura do chamado via telefone ou e-mail e o conserto deverá ser efetuado em 48 (quarenta e oito) horas, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- a) disponibilizar condições para o recebimento dos medicamentos e tudo o mais que seja necessário.
- b) efetuar os pagamentos às empresas fornecedoras dos medicamentos na forma estabelecida nesta Ata.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou de modo parcelado, mediante crédito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, contado do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

Qualquer pagamento só será efetuado se na Nota Fiscal/Fatura constar o atestado de entrega dos medicamentos e o visto do responsável pelo Almoxarifado Central (ALCEN)

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O recebimento do objeto será realizado pelo Almoxarifado Central (ALCEN), de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens no ALCEN – Almoxarifado Central.
- b) **Definitivamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a consequente aceitação e/ou recusa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Os adjudicatários inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art.87 da Lei Federal nº 8666/93, Decreto Municipal nº 9614/05 e da Lei Municipal 1.494 de 27/3/96, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

§ 1º – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE, observada a regra prevista no parágrafo sexto.

§ 2º – A sanção prevista na alínea **b** desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

§ 3º – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

§ 4º – A multa administrativa prevista na alínea **b** não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

§ 5º – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

§ 6º – Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

§ 7º – A aplicação da sanção prevista na alínea **d** é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 8º – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 9º – Será remetida à Fundação Municipal de Saúde cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

§ 10º – Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5 da Lei 12.846/13, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 12 do Decreto Municipal nº 10005/06.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei 8666/93.

O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá: convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá: liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento; convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação dos preços registrados será efetuada no Diário Oficial do Município, trimestralmente, em cumprimento ao disposto no art. 15, § 2º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –DO FORO

Fica eleito desde já o foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro por privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 58/2019 e as propostas das empresas constantes do Anexo VII.

Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei 8666/93, decretos Municipais nº 9614/05 e 10005/06.

Empresas Habilitadas:

MARIA CELIA VASCONCELLOS

Presidente da FMS

Secretária Municipal de Saúde



PROC200/10430/2018

FLS. _____

VISTO _____

ANEXO IV

CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(s) Sr.(a)(s) _____, portador(a)(s) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, suprefenciada, na qualidade de Representante Legal da empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

_____ (nome da empresa), CNPJ
(número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as Penas da Lei
que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Presente processo licitatório.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)



PROC200/10430/2018

FLS. _____

VISTO _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo CRF/RJ, na modalidade de Pregão Presencial, que é () MICRO EMPRESA ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20____.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO VII**PROPOSTA DE PREÇOS**

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: CEP: _____
CIDADE: ESTADO: _____
TELEFONE: FAX: _____
E-MAIL: _____

Nº do Lote ou Item		
Código do Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE ou do ITEM		

Valor total do Lote ou Item: R\$ _____
(em algarismos)
(por extenso) _____

- Optante pelo Simples Nacional
 Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)



PROC200/10430/2018

FLS. _____

VISTO _____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade Pregão Presencial N° **58/2019**, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____



PROC200/10430/2018

FLS. _____

VISTO _____

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____, CNPJ _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 20__.
(Local)

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____
DECLARA a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, ____ de _____ de _____.
(Local)

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO XII

MINUTA

Portaria FMS/FGA nº /2019

A presidente da Fundação Municipal de Saúde , no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art.

67, da Lei 8.666/93, do contrato _____, Processo _____, do Pregão _____,

cujo objeto é a prestação de serviços de _____,

Para atender a _____.

Nome do Gestor: _____.

Art. 2º - Indicar (Gestor Substituto – qualificação), para responder nas faltas e

impedimentos do Gestor Responsável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Niterói, de de 2019.

MARIA CELIA VASCONCELLOS

Presidente da FMS

Secretária Municipal de Saúde



PROC200/10430/2018

FLS. _____

VISTO _____

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS MUNICIPAIS

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas do artigo 7º da Lei 10.520/2002,
que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

_____ (local), _____ de _____ de 20____

(Nome e assinatura do representante legal)